

ATA N.º 148

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO

Aos vinte e sete do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, nesta freguesia de Santa Marta de Portuzelo e no edifício da Junta de Freguesia, com a presença de todos os elementos, exceto Joaquim Parente Antunes, o qual se fez substituir por João Gomes, e Ana Rita Pereira, a qual não se fez substituir por ninguém, conforme convocatória elaborada pela sua Presidente, em sessão ordinária, estando ainda presente o Presidente, o Secretário e a Tesoureira do Executivo. Tendo a presente a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Período antes da ordem do dia;

Ponto dois: Informação do Presidente da Junta;

Ponto três: Discussão e votação dos documentos de Prestação de contas relativas ao ano de 2014;

Ponto quatro: Apreciação e avaliação do Inventário de Bens;

Ponto cinco: Discussão e votação de proposta de Toponímia para Rua Manuel de Samonde, Rua Álvaro Sales Gomes e Rua João Duro, em Fonte Grossa, ao abrigo da alínea j), do n.º 2, do art.º 9.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Ponto seis: Pedido de autorização para celebração de Protocolo de Geminação;

Ponto sete: Discussão e votação do Regulamento do Prémio Vida;

Ponto oito: Discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo;

Ponto nove: Assuntos de interesse da freguesia;

Ponto dez: Intervenção do público;

Ponto onze: Aprovação da ata em minuta.

Tomou a palavra a Presidente da Assembleia para dar a conhecer que, inicialmente, a reunião foi agendada para o dia vinte e cinco de abril, data simbólica, sendo tornado público na Agenda Cultural. No entanto, a pedido da bancada do Partido Socialista, a reunião foi agendada para hoje. Informou que João Gomes assumiu a substituição de Fátima Preza e que Ana Rita Pereira não está a ser substituída. De seguida, procedeu-se à tomada de posse de Pascoal Antunes, como membro efetivo, em virtude da renúncia efetuada pelo membro Ricardo José Silva Viana. O compromisso de tomada de posse encontra-se em anexo a esta ata. Seguidamente, a Secretária procedeu à leitura dos documentos referentes à renúncia de dois elementos da bancada do Partido Socialista, que se encontram em anexo a esta ata.

A Presidente da Assembleia tomou novamente a palavra para considerar que a bancada do Partido Socialista ficou devidamente esclarecida quanto à transcrição na íntegra do assunto questionado da Assembleia realizada em setembro de dois mil e catorze, após reunião extraordinária do dia vinte e quatro de fevereiro, onde foi ouvida a gravação dessa Assembleia. Procedeu-se, então, à votação da ata de setembro, pela

segunda vez, sendo que esta foi aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e três abstenções da bancada do Partido Socialista.

De seguida, foi colocada a ata número cento e quarenta e sete, de dezembro, a votação.

Interveio Luís Gonzaga que procedeu à leitura de uma declaração de voto sobre a respetiva ata, que se encontra em anexo a esta ata.

Foi posta a votação e esta foi aprovada por unanimidade, com oito votos a favor.

Interveio a Presidente da Assembleia para informar que recebeu correspondência/proposta por parte da bancada do Partido Socialista, mas não pode ser considerada pois, como já lhes respondeu por e-mail, a bancada não pode apresentar propostas a esta Assembleia. De seguida, procedeu à leitura do e-mail enviado pela Presidente à bancada do Partido Socialista.

Por fim, informou que rececionou um ofício redigido pelo Presidente do Executivo e procedeu à sua leitura. O documento encontra-se em anexo a esta ata.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo que procedeu à leitura da carta do Executivo dirigida à Presidente da Assembleia. A carta encontra-se em anexo a esta ata.

Seguidamente, e no que toca à correspondência recebida, o Presidente do Executivo procedeu à leitura de uma informação, fazendo inicialmente uma breve contextualização. Referiu que o Executivo foi várias vezes “incomodado” com cartas de Luís Gonzaga, no sentido de pedir documentação da Junta de Freguesia. Relembrou que já tinha esclarecido que não podiam aceder à documentação pretendida, justificando-se com a legislação. Informou que, perante esta recusa, Luís Gonzaga fez uma queixa na CADA, explicando que se trata de uma Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, isenta, que analisa os documentos para ver o que está correto ou não, sem conhecer as pessoas envolvidas. A CADA pediu que o Executivo se pronunciasse e o documento redigido encontra-se apenso a esta ata (Pronúncia da Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, processo 168/2015). Neste documento, justifica-se todos os factos pelo qual era atingido e informou que recebeu a resposta da CADA, onde consta que o processo registado nesses Serviços foi arquivado. O referido documento/resposta encontra-se em anexo a esta ata. O Presidente do Executivo salientou, ainda, que o Executivo está presente para trabalhar, sendo que a prova está patente com este documento.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar que recebeu uma moção “Rumo ao futuro, pela verdade”, por parte da bancada do Partido Social Democrata.

Interveio António Antunes que procedeu à apresentação da respetiva moção, que se encontra em anexo a esta ata.

Foi colocada a moção a votação e esta foi aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e três abstenções da bancada do Partido Socialista.

Por fim, a Presidente da Assembleia dirigiu-se ao parlatório para manifestar a sua opinião sobre alguns factos ocorridos, no tocante a atitudes e comportamentos da bancada do Partido Socialista. O documento redigido encontra-se em anexo a esta ata.

1 Período antes da ordem do dia

Tomou a palavra Luís Gonzaga para agradecer à mesa e ao Executivo o adiamento da Assembleia, a pedido da bancada do Partido Socialista, conforme ofício enviado. Relativamente à intervenção da Presidente da Assembleia, considerou que excedeu as suas funções, porque deve apenas limitar-se a gerir a ordem de trabalhos e

procedeu a um ataque apenas aos elementos da bancada do Partido Socialista. Considerou, também, que apenas o Executivo ou a bancada do Partido Social Democrata têm o direito de ripostar, e não a Presidente da Assembleia. Agradeceu, também, as palavras proferidas pela Presidente em relação à sua pessoa, pois teve quinze anos e dez dias na Junta de Freguesia. Como cidadão, e depois de ser Presidente da Junta, conseguiu cinquenta mil euros para a realização de obras nas Salinas. No que se refere à Rua Linha Vale do Lima, considerou que foi “atacado” várias vezes por causa do muro da Breia. Acrescentou que, sem querer, tomou conhecimento que num caminho de servidão perto da Capela de Santa Tecla, foi gasto muito dinheiro para a execução de uma obra, no anterior Executivo. Ora esse caminho de servidão é totalmente privado e é absolutamente ilegal a execução de qualquer obra. Sendo assim, não deverá ser o único a ser acusado. Numa outra vertente, e em relação à mesma rua, referiu que fez uma crítica ao Presidente da Câmara, aquando a sua visita a Santa Marta, bem como dois pedidos. Assim, quanto à distribuição do gás natural, referiu que a EDP tem uma empresa chamada Gás Distribuição, e pediu então ao Presidente da Câmara que lhe telefonasse para alargar a rede do gás natural. Apelou ao Executivo para que, quando se iniciar a obra nessa rua, não esquecer de aumentar a distribuição do gás natural. Acrescentou, ainda, que do café “Pau de Canela” e pela Linha acima, contornando o lugar da Romé, encontram-se mais de sessenta casas, e há um interesse comum em ter o gás natural, pois fica mais económico e é um bem extraordinário. Relativamente ao exercício do seu cargo enquanto Presidente da Junta, considerou que geriu a autarquia com todo o respeito, honorabilidade e generosidade, salientando que se prejudicou, assim como a família, em termos monetários.

Seguidamente, procedeu à leitura de um comunicado que se encontra em anexo a esta ata.

Por fim, relembrou o Presidente do Executivo que este lhe tinha dito que, se qualquer cidadão precisar de uma certidão, estaria pronta no dia seguinte. No entanto, ainda está à espera há três meses mas sabe que o Presidente irá passar a certidão. No tocante à CADA, informou que não procedeu a uma queixa mas sim a uma pergunta, sendo que o Presidente terá que passar a respetiva certidão.

Em seguida, procedeu à leitura de uma opinião que se encontra em anexo a esta ata.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra para manifestar a sua indignação perante as palavras proferidas por Luís Gonzaga, no tocante à afirmação feita sobre a adulteração da gravação, “a posteriori”.

Interveio Pascoal Antunes para esclarecer que, no seguimento dos discursos do Presidente do Executivo e de António Antunes no que toca aos panfletos distribuídos, bem como às palavras da Presidente da Assembleia, quando afirmou que o panfleto era a ata e que faltaram ao respeito aos Secretários da Assembleia, a bancada do Partido Socialista não faltou ao respeito a estes membros, pois na declaração de voto apresentada nesta reunião, está explícito que a ata número cento e quarenta e sete transmite, no geral, aquilo que se passou na Assembleia de vinte e três de dezembro, louvando desta forma a Secretária da mesa e a Presidente da mesma. Relativamente ao panfleto, este é mesmo o resumo da ata e não há nenhum inconveniente em publicitar as atas. Quanto às horas extras, alertou o Presidente do Executivo para verificar o que ficou aprovado, pois está contemplado que a partir das dezasseis horas será cobrado horas extras.

Interveio António Antunes para manifestar a sua perplexidade perante as palavras proferidas por Luís Gonzaga, que também o pôs em risco, considerando inqualificável o que foi declarado. Salientou o facto que, nessa reunião extraordinária, a gravação foi ouvida mais de cinco vezes, pondo em questão a mesma assim como

uma série de situações. Com estas atitudes, estava seguramente a pôr em questão todos os membros da bancada do Partido Social Democrata. Tais comportamentos devem acabar uma vez por todas, e deve-se mostrar seriedade. Alertou Luís Gonzaga que põe em questão a sua idoneidade, afirmando que foi gravado a posteriori. Lançou um repto ao Partido Socialista, perguntando se todos se reveem nesta postura. Voltou a lembrar que se deve falar de Santa Marta, e enalteceu o trabalho realizado pelo Executivo nestes três meses após a última Assembleia, salientando a limpeza efetuada e o brio como procede. Referiu a atividade do Santa Marta Limpa, sendo de louvar, continuando a achar que os santamartenses participam pouco. No tocante à visita do Executivo Camarário a Santa Marta, através da convocação de uma reunião de trabalho, considerou que é de louvar esta iniciativa, mas nunca deverá ser realizada em horário pós-laboral. Salientou que deve haver tempo suficiente para visitar a freguesia, para se debater e ver os problemas existentes nela e visitar os pontos críticos. Nessa visita, não ficou agradado com o discurso da propaganda da Praia Norte, que não diz respeito a Santa Marta. Considerou, ainda, que esta visita foi mais de charme, para ficar bem.

Interveio Luís Gonzaga para informar António Antunes que a freguesia de Santa Marta de Portuzelo está no concelho de Viana do Castelo e que tem toda a legitimidade para questionar o Presidente da Câmara sobre a obra que estão a fazer na cidade. Relembrou os presentes que alertou-o quanto ao valor gasto neste empreendimento, informando que não chegava para a realização do saneamento, em Samonde. Referiu, também, que foi elogiado pelo vereador em relação ao discurso proferido. No tocante à ata número cento e quarenta e seis, referiu que está escrito no cimo da terceira página, "...porque lhe vieram contar que, nos mandatos presididos por Luís Gonzaga, este se fazia cobrar ao quilómetro, inclusivamente dentro da freguesia", salientando que esta parte não consta na gravação.

Interveio Pedro Vaz para informar os presentes que tem em posse o documento que leu na Assembleia de setembro de dois mil e catorze, documento esse que Luís Gonzaga põe em causa. Esse mesmo documento foi relido em dezembro e não pretendia relê-lo novamente para que conste na gravação, que ele diz que foi feita a posteriori. Acrescentou que tem a ideia que existe apenas um único "ser vivo" sério, Luís Gonzaga, quando se vem a estas Assembleias, sendo que todos os outros não o são. Considerou que é esta a mensagem que Luís Gonzaga faz passar em todas as Assembleias e lá fora, da maneira que o entende. No entanto, há muitas pessoas sérias nesta Assembleia, e deve haver rigor e respeito pelas pessoas e, sobretudo, por este Órgão. Salientou, também, que a bancada do Partido Socialista não vai a lado nenhum com este comportamento. Considerou, ainda, que esta Assembleia deveria ser mais cordial, em virtude de uma proposta a apresentar pelo Executivo sobre a atribuição de nomes de alguns santamartenses ilustres a artérias da freguesia, demonstrando a sua preocupação profunda pelo facto de não coexistir essa cordialidade. A seguir, solicitou à Presidente da Assembleia uma certidão da ata de setembro porque quer ver, se entre o documento que possui e o que foi entregue para ser apenso a essa ata, se verificou alguma alteração. Em relação a um dos comunicados do Partido Socialista em que foi acusado de ter vasculhado os documentos dos mandatos da Junta de Freguesia onde Luís Gonzaga foi Presidente, afirmou que se sente enxovalhado e que tem outros afazeres que não andar a correr para os tribunais. Acrescentou, ainda, que há gente na freguesia que se acha intocável, como o Luís Gonzaga, que pensa que pode dizer tudo, insultar e enxovalhar e ninguém lhe pode responder. Relativamente ao arquivamento da CADA a uma suposta queixa, referiu que Luís Gonzaga pediu uma certidão e só depois serão entregues os documentos. Acrescentou que também pediu os documentos e salientou que, se há interesse da freguesia em provar a seriedade "cristalina" de qualquer

cidadão, e se os documentos existirem, que sejam mostrados a toda a população, pois é acusado de uma coisa que não fez. Por fim, procedeu à leitura de um documento alusivo ao quadragésimo primeiro aniversário da revolução de Abril, focalizando-se sobre o exercício do poder local. Acrescentou que o texto está por si assinado, com caneta, para que ninguém tenha a tentação de o alterar. O documento segue em anexo a esta ata.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para prestar alguns esclarecimentos.

Assim, quanto à intervenção de Luís Gonzaga, e em relação ao caminho de servidão mencionado, referiu que desconhece o caso e apelou para que utilizassem os canais próprios, não estando nestas Assembleias por pura demagogia. Acrescentou que não executa nenhuma obra nos caminhos de servidão e, se são de servidão, não se podem tornar públicos ou vice-versa. Relativamente à sua intervenção aquando a visita do Presidente da Câmara, informou que este ficou incomodado sobre a questão da Praia Norte e, se pretendia falar sobre o saneamento de Samonde, teria de o fazer unicamente. Quanto ao gás natural, informou que a empresa tem um conjunto de condições. O Presidente recebeu a reclamação, achando-a legítima e seria efetuado o esforço para a sua concretização. Acrescentou ainda que, financeiramente, a intervenção do gás na Rua Linha Vale do Lima, a nascente, é muito ruínosa para a empresa. Contudo, o Executivo empenhar-se-á para que a obra se realize. Informou, também, que uma das intenções de trabalho do Executivo é a Rua dos Pescadores, sendo que o que está em causa é a intervenção do gás nessa rua, no Largo da Vinagreira e na Rua de Portuzelo até à Quinta do Carvalho. Vários esforços já foram efetuados com os responsáveis, mas é preciso averiguar se há condições económicas por parte deles, pois existem as opções empresariais. É intenção do Executivo que o gás natural esteja em todo o lado. Relativamente ao apuramento da verdade, é intenção, também, de o fazer. Informou-o que quanto ao pedido da certidão, o Executivo respondeu, e está registado com o ofício número 21/2015, de trinta e um de janeiro. Salientou, ainda, que o trabalho está todo feito e que só terá que dar os trinta euros para obter a certidão. No tocante à CADA, esta disse claramente que aquilo que o Luís Gonzaga objeta terá que ser arquivado. Sendo assim, ele não tem o direito de ter acesso a esses documentos. Focalizou, ainda, que o Executivo está presente para cumprir a missão que lhe cabe e que, diariamente, passa pela Junta para passar declarações, atestados e certidões, sendo que estas não é só dizer “Certifico que”. Por fim, manifestou a sua indignação em relação à acusação feita, no tocante à manipulação de gravações.

No que concerne à intervenção de Pascoal Antunes, e relativamente às horas extras, explicitou que o documento faz referência a uma taxa, para cerimónias realizadas depois das dezasseis horas. Não são cobradas horas extras, mas sim taxas por cada hora extra.

Quanto à intervenção de António Antunes, agradeceu o louvor à Junta.

Interveio Luís Gonzaga para comunicar que, desde setembro de dois mil e treze, nunca se dirigiu a Pedro Vaz, à sua esposa e a António Antunes, nem ao Secretário da Junta, salientando que só se dirigiu ao Presidente do Executivo, e aquilo que Pedro Vaz lhe fez foi uma dor incalculável.

2 Informação do Presidente da Junta

O Presidente do Executivo tomou a palavra para destacar algumas participações e atividades. Salientou a participação do Executivo na Cerimónia de entrega de títulos de honra atribuídos a Francisco Sá, à Tensai Santa Marta e ao pintor Rui Pinto; a reunião com o vereador Vítor Lemos, onde falaram do saneamento, frisando que verificaram que certas pessoas se queixam do Executivo, sendo que o problema é dos

Serviços; a reunião com o Doutor Freixo, da qual o Executivo saiu desanimado, visto que a resposta foi de que não há médicos para substituir, informando que, no entanto, já foi posta em prática a Unidade de Saúde Familiar; a receção do Presidente da Câmara, sendo o momento alto deste período, em que tudo foi muito bem preparado. Vários problemas foram apresentados, a saber a Rua dos Pescadores, o arruamento de acesso à Rua do Grupo Folclórico, a reabilitação do Souto de Santa Marta, o alargamento do Cemitério, a Sede da Junta de Freguesia, a Rua Linha Vale do Lima, frisando que o lançamento da obra está prevista para maio/junho; a zona das Salinas e o Embarcadouro do Pinheiro. Informou que o Presidente da Câmara já deliberou metade do valor para a realização da obra na Rua dos Pescadores, salientando a possibilidade da colocação de gás natural nesta artéria. Quanto às atividades, destacou o segundo Concerto Solidário de Natal, o Encontro de Janeiras, o Concurso de Produtos da Terra, Santa Marta Limpa, o Concerto de Primavera e o Curso avançado de concertina. Foram adquiridos vários programas informáticos e um alarme para as instalações da Junta. Quanto à limpeza das vias, não colocou o nome no documento, pois eram extensas.

A Informação segue em anexo a esta ata.

3. Discussão e votação dos documentos de Prestação de contas relativas ao ano de 2014;

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para esclarecer os presentes sobre este documento. De uma forma global, a Junta de Freguesia não é um Órgão que recebe muito dinheiro, salientando que entre as receitas de dois mil e treze e as de dois mil e catorze, há um decréscimo de cinquenta e dois mil euros. Este documento foi elaborado de forma explicativa, para que se saiba como são verificadas as contas. Assim, uma grande parte deste valor é fornecido pela Câmara Municipal, através de deliberação, que é para execução da obra. Exemplificou com a Rua 25 de Abril, em que a última tranche foi paga em janeiro, e com a Casa do Povo, obra que foi terminada em setembro de dois mil e treze e que só agora foi feita a transferência de uma verba para a empresa Foz do Lima, que ainda tem dinheiro em falta. Frisou que se rege pela transparência, ou seja, houve receitas mas ainda há setenta e sete mil, duzentos e trinta e três euros e oitenta de verbas por receber da Câmara. Essas verbas são para investimento e, dessas verbas, há setenta e três mil euros para pagar, em dezembro, frisando que a obra já está toda concluída e ainda há deliberações de dois mil e onze por receber. Salientou que, neste momento, o Executivo está a ser financiador e que existe obra superior àquilo que tem de pagar. Referiu que, em dois mil e treze, a Câmara transferiu duzentos e vinte e seis mil euros quando, em dois mil e catorze, só transferiu cento e cinquenta e dois mil euros, ou seja, menos setenta e três mil euros. Verifica-se, assim, um decréscimo de trinta e dois por cento. No entanto, enquanto as receitas totais são de trezentos e vinte mil euros, em dois mil e treze, as de dois mil e catorze foram de duzentos e sessenta e sete mil euros, sendo o saldo de cinquenta e dois mil euros, significando que o Executivo faz mais dinheiro, pois o decréscimo é apenas de dezasseis por cento. Verifica-se, assim, um aumento das receitas. Frisou que, se juntar esse dinheiro com o saldo da Junta de quatro mil euros, mais o valor de dezoito mil euros de deliberações que o Município devia em dezembro, perfazendo um valor de noventa e cinco mil euros, então haveria um saldo positivo de vinte e seis mil euros e a Rua dos Pescadores já estaria concluída. Por fim, acrescentou que foi marcada uma reunião com a bancada do Partido Socialista e que nenhum elemento compareceu, nem avisou.

Interveio João Gomes para apresentar uma declaração de voto, que se encontra em anexo a esta ata.

Interveio António Antunes para salientar que os documentos apresentados estão suficientemente claros mas requerem um pouco de conhecimentos e tempo para os analisar. Relativamente aos parques infantis, alertou a bancada do Partido Socialista de que os sete mil e quinhentos euros é uma previsão, pois não há verba recebida. Frisou a redução de verbas da Câmara, facto das escassas transferências que as freguesias tiveram em dois mil e catorze. Para esclarecer os presentes, realçou que o Executivo tem deliberações na ordem de cento e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro euros e quarenta e recebeu apenas oitenta e nove mil, cento e cinquenta euros e sessenta. Significa que falta receber setenta e sete mil, duzentos e trinta e três euros e oitenta, e que se deve a fornecedores cerca de setenta e três mil euros. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimento, verifica-se a existência de cento e vinte e cinco mil euros, sendo que se se retirar os oitenta e nove mil euros de deliberações, há um saldo de trinta e seis mil e setecentos euros que são obra efetuada na freguesia com capitais próprios, ou seja, fonte de receita que o Executivo angariou, sem dinheiro transferido pela Câmara.

A seguir, questionou o Executivo sobre os acordos de execução, se o trabalho tem sido executado e se as verbas foram transferidas.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para reforçar o que proferiu António Antunes, dizendo que previsão é aquilo que o Executivo prevê para o ano de dois mil e catorze, ou seja, sete mil e quinhentos euros. Relembrou que a manutenção dos parques infantis é da responsabilidade do Executivo, contudo a Câmara sabe que não fez nenhuma transferência, salientando que nenhuma freguesia faz a manutenção dos parques infantis. Relativamente à questão do lucro, salientou que o Cemitério não dá nenhum, e quanto aos funcionários que estão imputados ao Cemitério, metade do valor é gasto no valor dos funcionários. Quanto à carrinha, aconselhou a bancada do Partido Socialista a consultar a documentação, pois já respondeu. Em relação aos dossiers de suporte, foi-lhe dado a oportunidade de os consultar, numa reunião agendada, mas não compareceram. No tocante às deliberações, esclareceu que a Câmara delibera e depois o Executivo envia o auto com a informação da conclusão da obra, solicitando o envio da verba. No entanto, a Câmara não a envia de imediato. Por isso a Casa do Povo ainda está por pagar. Foi uma obra em que a Câmara deu o dinheiro, mas é dinheiro de investimento da Junta e, sendo assim, é uma obra da Junta. Em média, a Câmara dá cerca de cento e cinquenta mil euros por ano mas, no ano transato, apenas deliberou dez mil e trezentos euros para a obra de Santa Tecla. Isto significa que as receitas da Junta vão cair. Salientou, ainda, que em todas as obras, o Executivo avança com a verba, por isso tem vinte e seis mil euros de saldo positivo. Por fim, destacou a poupança do Executivo a volta de trinta e seis mil euros, em obras. Quanto à questão levantada por António Antunes, esclareceu que os acordos foram assinados mas as verbas só foram transferidas em janeiro de dois mil e quinze.

Foram colocados os documentos a votação tendo os mesmos sido aprovados com cinco votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e três abstenções da bancada do Partido Socialista. Os documentos seguem em anexo a esta ata.

4. Apreciação e avaliação do Inventário de Bens

Interveio Luís Gonzaga para apresentar uma declaração de voto, que se encontra em anexo a esta ata.

5. Discussão e votação de proposta de Toponímia para Rua Manuel de Samonde, Rua Álvaro Sales Gomes e Rua João Duro, em Fonte Grossa, ao abrigo da alínea j), do n.º 2, do art.º 9.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para esclarecer que a atribuição de toponímia é da competência do Executivo da Câmara Municipal, podendo o Executivo emitir um parecer. Estes três nomes são atribuídos num espaço recentemente loteado, da antiga fábrica da Castelvia. Salientou que são três personalidades santamartenses, realçando o orgulho que o Executivo tem por essas pessoas.

Interveio Pedro Vaz para lamentar que ninguém se pronunciasse sobre esta iniciativa da Junta, louvando a atitude do Executivo em trazer para a Assembleia este parecer e perpetuar, na história, o nome de três santamartenses ilustres, sendo que, futuramente, os mais jovens saberão quem foram e constarão, assim, na toponímia da freguesia.

Foi colocada a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e três abstenções da bancada do Partido Socialista. A mesma segue em anexo a esta ata.

6. Pedido de autorização para celebração de Protocolo de Geminção

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para informar que o Executivo foi contactado pelas entidades de Chanac, o que o orgulhou, salientando que várias freguesias foram contactadas mas apenas Santa Marta é que respondeu. É intenção do Executivo a partilha de saberes e, a seguir, passou a citar os considerandos, presentes no documento que se encontra em anexo a esta ata.

Foi colocada a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com oito votos a favor.

7. Discussão e votação do Regulamento do Prémio Vida

Tomou a palavra Cristina Siano para referir que o Prémio Vida nasceu no anterior Executivo e que este Executivo quis continuar a atribuí-lo. Salientou que não existia regulamentação, embora fosse o Executivo a escolher o premiado e atribuir o prémio. Deu a conhecer que este prémio pode ser atribuído não só a pessoas, mas também a associações, empresas, a todo o tipo de pessoas que trabalharam pela freguesia e que levaram o nome de Santa Marta muito longe. Salientou que nada foi inventado neste Regulamento, pois foram feitas algumas pesquisas. Focalizou um dos artigos, relativo à entrega do Prémio, sendo que será feita na Semana Cultural. Este Regulamento foi elaborado para que o Executivo não seja acusado de parcialidade, nem de atribuir prémios a pessoa de direita ou de esquerda.

Interveio Luís Gonzaga para apresentar uma declaração de voto, que se encontra em anexo a esta ata.

Interveio Pedro Vaz para manifestar a sua perplexidade perante a atitude da bancada do Partido Socialista. Referiu que, no ponto anterior, foi apresentado um parecer sobre a atribuição de três ilustres santamartenses a três novas ruas, por parte do Executivo. A bancada do Partido Socialista absteve-se, salientando que já nada o espanta, em relação a tudo o que vem do lado esquerdo. Relembrou que tinham reclamado um Regulamento para o Prémio Vida e que, agora, não se veem no Prémio Vida, afirmando que não se trata de um Regulamento. Apelou para que a bancada do Partido Socialista comece a ter noção daquilo que estão a fazer na Assembleia, pois as pessoas, aí presentes, merecem respeito. Acrescentou, ainda, que não tem

demonstrado respeito nem pelo Órgão, nem pelas pessoas que se encontram nas Assembleias.

Interveio Cristina Siano para reforçar que, de facto, trata-se de um Regulamento, salientando que este documento é semelhante ao da Câmara Municipal. Aconselhou a bancada do Partido Socialista a consultar esse Regulamento. Focalizou, ainda, que a atribuição do Prémio, na Câmara, é feita pelo Executivo. O Regulamento foi elaborado com as devidas adaptações à freguesia, à semelhança do da Câmara. Por fim, relembrou que a atribuição deste prémio fazia parte do programa eleitoral do Partido Socialista, sendo que, agora, afirmam estar totalmente contra a atribuição do mesmo.

Foi colocada a proposta a votação e esta foi aprovada com cinco votos a favor da bancada do Partido Social Democrata e três votos contra da bancada do Partido Socialista. Segue em anexo a proposta.

8. Discussão e votação do Regulamento de Apoio ao Associativismo

Cristina Siano tomou a palavra para salientar que se trata, de facto, de um Regulamento, pois tem a fundamentação, os seus artigos, um anexo, tendo sido elaborado por uma questão de rigor e equidade. O Executivo está sempre disponível para apoiar as associações da freguesia, de qualquer tipo. Terá que existir algum rigor, e deve-se justificar o apoio fornecido. Este Regulamento será colocado no site da Junta, sendo para cumprir rigorosamente. Por fim, salientou que o apoio pode ser financeiro, pessoal ou material.

Foi colocada a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com oito votos a favor. A mesma segue em anexo a esta ata.

9. Assuntos de interesse da freguesia

Tomou a palavra João Gomes para proceder à leitura de dois documentos que se encontram em anexo a esta ata.

Interveio Pedro Vaz para questionar o Presidente do Executivo sobre a intervenção na Rua dos Pescadores, sabendo que a Câmara deu luz verde para avançar, e qual o ponto da situação do Souto de Santa Marta. Demonstrou alguma preocupação com a abertura de valas nalgumas ruas da freguesia para a instalação do gás, salientando que as valas abertas, após a colocação do tapete ou da calçada, origina sempre problemas, exemplificando com a Rua de Portuzelo. Questionou o Executivo se tem acompanhado estes trabalhos e, também, se está a prever algumas ações relativamente à política de juventude, no corrente ano.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para manifestar alguma surpresa no tocante a um documento enviado pela bancada do Partido Socialista, esperando que seria apresentado. Sendo assim, considerou que, formalmente, o Executivo não é conhecedor daquilo que andaram a divulgar, nem a Assembleia. O que foi proposto nos pasquins é uma ideia que têm, com pouca argumentação, sendo que o Executivo tinha algumas questões a colocar.

Em resposta a João Gomes, e no tocante a Santa Marta Limpa, a sua presença seria bem-vinda, mas com um espírito construtivo, nem que fosse para acompanhar as pessoas no convívio que se gere. Considerou que a atitude cívica é feita diariamente, um por um e todos por todos. Esta atividade já era executada no anterior Executivo e este Executivo continuou, pois trata-se de atitudes pedagógicas. A Junta criou esta atividade não pela necessidade de limpar as ruas, mas sim pelo convívio e pela alegria com que se contribui para o domínio público. Opôs-se contra o que foi referido, pois misturou tudo. Relativamente aos resíduos e às limpezas, são

competências transferidas pela Câmara e vão sendo feitas, regularmente. Quanto aos parques infantis, as competências são de fazer remodelações e o Executivo aguarda que a Câmara transfere o valor. Acrescentou que teve algumas dificuldades em perceber João Gomes e que irá solicitar uma certidão com os documentos entregues para os poder avaliar.

Em resposta a Pedro Vaz, e no tocante à Rua dos Pescadores, informou que a primeira fase já está deliberada, estando neste momento a consultar as empresas. Quanto ao Souto, é intenção do Executivo fazer uma requalificação, sendo que o projeto já foi elaborado e apresentado às pessoas que pretendem financiar a obra, informando que o Presidente da Câmara deu o seu aval. O projeto será apresentado nesta Assembleia, salientando que a obra é de um santamartense. Em relação às valas, estas situações estão levantadas, referindo que a empresa de gás é a que mais prevarica e verificam-se muitas reclamações, por parte dos técnicos. Por fim, quanto à juventude, o Executivo não tem ainda nenhuma atividade prevista, a não ser a Semana Cultural. Informou que, nesta semana, alguns jovens de Chanac estarão cá e estão previstas algumas atividades.

Seguidamente o Presidente apresentou, em suporte digital, o que foi projetado ao Presidente da Câmara na reunião, a propósito das várias obras realizadas. Salientou que muitas delas são da responsabilidade da Junta. Mencionou a criação do site. Em suma, esta apresentação visou a identificação dos problemas da freguesia assim como os projetos a desenvolver.

Tomou a palavra o Secretário do Executivo para cumprimentar os presentes e felicitar a Presidente da Assembleia pela paciência que tem tido, salientando que cada vez está mais convicto que tomou a opção certa e que nada consegue parar a “locomotiva”, ou seja, a ação do Executivo. Informou que o projeto que vai ser apresentado foi desenvolvido por um santamartense, Nelson Sampaio, designer de ambientes. O Executivo foi contactado para que o Souto merecesse outra dignidade, pois trata-se de uma das salas de visita da freguesia. Este projeto não fazia parte da campanha eleitoral, mas já havia intenções de se fazer algo. Deu a conhecer que a intervenção passa pela criação de um espaço que esteja preparado para lazer, mas também para o desenvolvimento de atividades culturais, relembrando que este Executivo já promoveu cerca de quarenta atividades e eventos culturais, em dezoito meses. Comunicou à bancada do Partido Socialista que o Executivo está aberto a propostas. Acrescentou que este espaço também serviria para apoiar qualquer atividade desenvolvida na freguesia, quer da Junta como das diversas associações. Reforçou que o Executivo apoia as associações, as Comissões de Festas, pois a freguesia é rica em tradições culturais. No projeto, há um incremento do espaço verde, a deslocalização do parque infantil para o ganho de algum espaço e a possibilidade da criação de um anfiteatro. Pensaram nas atividades desportivas, com um local apropriado com máquinas para exercício físico. Referiu que o Presidente da Câmara esteve convencido, após visita ao local, fazendo algumas sugestões para melhoramento. Acrescentou, ainda, a criação de iluminação pública suficiente e locais sombrios. De seguida, passou o vídeo de apresentação do projeto, fornecendo algumas informações relevantes. Por fim, considerou que, em termos monetários, o Executivo conseguirá o apoio necessário para a execução desta obra.

Interveio Luís Gonzaga para manifestar a sua simpatia com a requalificação apresentada. Manifestou, também, o desejo de retirar deste local o parque de diversões das Festas, questionando o executivo se está programado. Sugeriu que podia ser deslocado para a antiga cascata, na Rua Linha Vale do Lima. Acrescentou que também poderá contribuir neste projeto com algumas ideias.

Tomou a palavra o Secretário do Executivo para referir que o enquadramento do parque de diversões mais perto da Igreja seria interessante, só que existe o

problema dos terrenos, em que os proprietários podem não cedê-los para fazer essa deslocalização.

Interveio o Presidente do Executivo para reforçar que todos os contributos são sempre saudáveis. Acrescentou que o Presidente da Câmara sugeriu a colocação de um espaço para um pequeno bar e que também será feita a requalificação dos passeios.

10. Intervenção do público

Tomou a palavra Marcelino Ferreira para alertar, novamente, a elevação do nível desta Assembleia, por parte de todos. No tocante a Santa Marta Limpa, atividade que abraçou logo, considerou que é uma iniciativa que deve ser promovida, acarinhada e contagiar todos os santamartenses, pois deve ser vista numa perspetiva de civismo, de compromisso de todos e de pedagogia. Lamentou que pessoas com responsabilidades políticas não têm participado nela. Informou que estiveram em curso candidaturas dentro do Quadro Comunitário e Fundos Perdidos, tendo em vista a (re)organização Administrativa das freguesias, questionando o Executivo se efetuou alguma candidatura. Em relação ao Centro de Saúde, informou que fez uma exposição aos responsáveis e, em resposta, convidaram-no a inscrever-se numa outra Unidade de Saúde. Esta atitude condiciona a equidade, o princípio da igualdade e o da saúde. Aconselhou o Executivo a tomar um papel mais preponderante. Relativamente à reunião com a Câmara, respeita o desabafo de António Antunes e questionou se foi transmitido na hora ao Presidente e à sua comitiva, querendo saber, também, quem coordenou esta reunião, acrescentando que compete ao Executivo bater o pé, se a Câmara não esteve cá para tratar de assuntos da freguesia. Quanto às receitas que iriam cair, questionou onde serão efetuados os cortes.

Interveio o Engenheiro Amorim para manifestar o seu desagrado pela atitude da bancada do Partido Socialista, que coloca “lixo” dentro das caixas de correio, que passam a ser contentores. Informou que nesse panfleto distribuído, é atingido em dois parágrafos, considerando que é obra de pantomineiros, pois nunca utilizou o termo “bandalheira” para classificar o que se passava no Cemitério, falou apenas em “pouca vergonha”. Explicitou que, ao citar o Cemitério de Barroselas, cita como referência, pois é um Cemitério ordenado, onde está lá um conterrâneo, sendo que deveria de servir de exemplo para Santa Marta. Acrescentou que respeita muito Luís Gonzaga, mas que ficou magoado com esta mentira.

Interveio Manuel Parente para fazer um reparo à Presidente da Assembleia, considerando que, nestas reuniões, as profissões liberais devem estar ausentes. No tocante a Carlos Antunes, referiu que nada tem contra ele enquanto pessoa mas, como Presidente da Junta, foi “do pior” porque deixou-o sem saneamento, sendo que o fez para alguém do seu partido. A seguir, colocou algumas questões ao Executivo. Em relação à Rua do Alto Xisto, qual é o ponto de situação. Informou que, com respeito ao Senhor Eduardo, este está disponível em dar terreno e as marcações das suas entradas far-se-ão rapidamente. Tudo deverá ficar escrito e assinado, por ambas as partes. O levantamento do muro feito deverá estar incluído. Acrescentou que o Executivo aproveita-se de verbas europeias e de ofertas de pessoas generosas que colaboraram para, depois, fazerem muros e entradas de alta qualidade, nas suas propriedades, fechando outros muros sem colocar uma pedra, depois de arrasar tudo vergonhosamente. Questionou onde foi parar a alvenaria do muro do Cemitério, no lado sul. Referiu que o Presidente do Executivo foi informado que ele tinha cometido anomalias em determinada via pública, sendo que foi chamado à barra da razão. No entanto, conforme prometeu, tudo foi reparado, pedindo desculpa ao Executivo pelo transtorno ocasionado. Questionou se o Presidente tem conhecimento de tudo o que

se passa na freguesia e em determinado quarteirão, onde estão a tomar conta da via pública. Aconselhou-o a fazer um passeio turístico pela freguesia. Questionou, ainda, se quer de facto acabar com as ruas de terra. Congratulou pelos trabalhos executados na meia Travessa da Calçada.

Interveio José Augusto para lamentar que, durante quatro horas de reunião, apenas se esteve a “lavar roupa suja”. Acredita que a população de Santa Marta tem capacidade para “limpar” este tipo de questões, noutros locais e não na praça pública, como se tem feito há três ou quatro sessões da Assembleia. Deixou registado que, o facto de se partilhar este tipo de opiniões, ideias, sugestões e críticas, foi porque aconteceu o vinte e cinco de Abril. Questionou o Executivo se, atendendo à situação atual do Rio Lima, nomeadamente as margens a montante das Salinas, se tem havido algum contato com entidades competentes, no sentido de se realizar uma intervenção para mitigar o efeito que o rio exerce naquele território e, também, no sentido do rio ser desassoreado. Por fim, manifestou o seu constrangimento, mais uma vez, em ouvir falar de assuntos que não eram para serem colocados nesta Assembleia.

Interveio Carlos Ferreira para manifestar a sua repugnância a propósito de certas palavras proferidas nesta Assembleia, e noutras anteriores. Considerou que, quer o Executivo quer a mesa da Assembleia iniciaram bem a reunião, assim como Pedro Vaz que “atacou” o Partido Socialista de uma forma delicada, com educação e simplificada, e cada um defendeu a sua honra. Considerou, ainda, que o Partido Socialista não sabe defender o lugar que ocupa. Manifestou, mais uma vez, a sua repugnância pelas cartas entregues. Em relação à primeira carta, relembrou que fez uma intervenção na Assembleia, sendo que não consta no documento, pois defendeu, aí, a Presidente da Assembleia. Acrescentou que se deve escrever o que é favorável e o que não é favorável. Quanto à segunda carta, salientou que consta no documento uma proposta que não foi apresentada nessa Assembleia. Informou, ainda, que o Partido Socialista não deve apresentar propostas na mesa, mas sim sugestões. Essas sugestões e não propostas devem ser apresentadas ao Executivo. Acrescentou que não pactua com este caminho e que não segue este rumo, pois é totalmente contra as suas ideias. Lamentou, ainda, as três abstenções do Partido Socialista no tocante à atribuição do nome de três ilustres santamartenses a arruamentos, considerando que é uma atitude imperdoável. Pediu, então, ao Executivo para fazer uma breve apresentação desses santamartenses para reavivar a memória dos membros do Partido Socialista.

Tomou a palavra o Presidente do Executivo para esclarecer e responder às questões levantadas. Referiu que o Executivo esforça-se pessoalmente para levar a freguesia para a frente, considerando que é desta forma que consegue viver a política, que é o dever pela atitude e pelo dever cívico.

Em resposta a Marcelino Ferreira, e quanto à elevação do nível da Assembleia, considerou, também, que é urgente elevar o nível. Mencionou que o Executivo perde imensas horas para responder a todas as solicitações e as horas gastas poderiam ser aproveitadas para a concretização de outros projetos. Referiu que se gastou cerca de dois mil euros para advogados, para tratar de processos, sendo que poderiam ser canalizados para outras coisas. Quanto às candidaturas, já foi feita alguma coisa nesse sentido, nomeadamente no que toca à remodelação da Sede, salientando que o antigo Presidente Luís Gonzaga já tinha conseguido um subsídio e que a lei não permite a atribuição de um segundo subsídio. Foi efetuada uma candidatura quanto às atribuições de alguns funcionários, referindo que foi chumbada. No entanto, o Executivo procura obter formação para os mesmos. Relativamente ao Centro de Saúde, salientou a preocupação de Marcelino e referiu o abaixo-assinado que o Executivo subscreveu. Acrescentou que falou com o Presidente da Câmara, com Eduardo Teixeira, com o responsável dos Serviços, Doutor Freixo e efetuou alguns

contatos com o Hospital. Contudo, não se verificaram meios, informando, no entanto, a criação da Unidade de Saúde Familiar. No tocante aos cortes, esclareceu que se trata das deliberações. Se a Câmara não deliberar, o investimento irá baixar. Acrescentou que o Presidente da Câmara pediu propostas, lavradas no Orçamento (Rua dos Pescadores, Souto de Santa Marta, Cemitério e um trator), em que foi indicado o valor, mas o Presidente não disse que colocava esse valor em orçamento. O Executivo não tem o compromisso da Câmara do valor a receber. Reforçou, ainda, que apenas com os dez mil euros de deliberações do ano anterior, seguramente as receitas vão baixar.

Em resposta a Manuel Parente, compreendeu a legitimidade que tem, esclarecendo que foi ver o local e que o seu problema tem a ver com o alargamento para o senhor Eduardo, salientando que este não está disponível. Lamentou a forma como Manuel Parente reage perante as pessoas, pois põe em causa tudo e todos. Acrescentou que o saneamento é da responsabilidade dos Serviços Municipalizados. Quanto às Festas, referiu que as pessoas colaboram de livre vontade, e a Junta não paga. Ele também deveria “arregaçar as mangas”. Esclareceu, ainda, quanto à Rua do Alto Xisto, que há muitas ruas estreitas que causam dificuldade de passagem aos Bombeiros Municipalizados, e que aquela rua não é dele. Deixou o repto para que viesse a esta Assembleia a fim de provar que o senhor Eduardo dá o terreno, quanto prevê dar e apresentar uma proposta de orçamento com o valor do calcetamento e dos muros. Se a Assembleia concordar com a execução da obra, esta será realizada. Em relação à Travessa da Calçada, esclareceu que a rua é metade de Santa Marta e metade da Meadela, e que não pagou nada aos calceteiros, salientando que metade da rua foi paga por Meadela. Acrescentou, ainda, que os calceteiros foram pagos pelo proprietário e que os gastos do Executivo foram apenas materiais, não ultrapassando os seiscentos euros. Por fim, pediu desculpa pela sua exaltação.

Em resposta a José Augusto, e relativamente ao “lavar da roupa suja”, concordou. Quanto ao Rio Lima, foi abordada esta situação com o Presidente da Câmara. Este informou que já se encontrava uma equipa a trabalhar para efetuar a intervenção e o Executivo irá contactar os técnicos. Esclareceu que essa intervenção será a criação de uma pólis nas marginais.

Quanto à intervenção de Carlos Ferreira, e no tocante à toponímia, referiu que a escolha não foi fácil. Relembrou que o senhor Sales foi escolhido pela sua vela votiva, Manuel de Samonde, pelo seu contributo para a música, o nosso folclore e tradições e, por fim, João Duro pelas suas chinelas e sendo a pessoa que recebeu o primeiro Prémio Vida.

11. Aprovação da ata em minuta

Procedeu-se à leitura da ata em minuta tendo sido aprovada por unanimidade, com oito votos a favor.

Terminada a reunião a presidente da Assembleia deu por terminados os trabalhos.

Em anexo a esta ata serão arquivados os seguintes documentos:

- Renúncia de mandato do membro da bancada do Partido Socialista, Ricardo José Silva Viana;
- Compromisso de tomada de posse de Pascoal Antunes;
- Justificação de presença de Fátima Cristina Preza e Lino Ricardo Rodrigues, membros do Partido Socialista;

- Declaração de voto – Ata nº 147 da bancada do Partido Socialista;
- Ofício redigido pelo Presidente do Executivo;
- Carta do Executivo enviada à Presidente da Assembleia;
- Resposta da CADA sobre a queixa apresentada por Luís Gonzaga;
- Pronúncia da Junta de Freguesia relativa ao processo 168/2015;
- Moção da bancada do Partido Social Democrata “ Rumo ao futuro, pela verdade”;
- Declaração da Presidente da Assembleia de Freguesia;
- Comunicado da secção do Partido Socialista;
- Opinião da bancada do Partido Socialista relativamente a uma parte da ata nº 146, de 18 de setembro de 2014;
- Documento lido por Pedro Vaz;
- Informação do Presidente da Junta de Freguesia;
- Documentos relativos à prestação de contas de 2014;
- Declaração de voto – Prestação de contas da bancada do Partido Socialista;
- Mapa síntese dos bens inventariados;
- Declaração de voto – Inventário de bens móveis e imóveis da bancada do Partido Socialista;
- Parecer sobre a Toponímia para Rua Manuel de Samonde, Rua Álvaro Sales Gomes e Rua João Duro, em Fonte Grossa, ao abrigo da alínea j), do n.º 2, do art.º 9.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- Acordo de Geminação;
- Regulamento de atribuição do Prémio Vida;
- Declaração de voto – Regulamento Prémio Vida da bancada do Partido Socialista;
- Regulamento de apoio ao associativismo;
- Documentos lidos por João Gomes: “Santa Marta Limpa/Parque infantil/Informação pública”; “Limpeza da Ribeira de Santa Martinha/Pisco/Samonde”.

(Maria Alice Parente Ribeiro Antunes)

(Maria Elisabete Parente Oliveira Meixedo)

(Carlos Miguel Fernandes Lourenço)

(Pedro Manuel de Oliveira Campos Monteiro Vaz)

(António Manuel Negrão Antunes)

(Pascoal Antunes)

(Luís Gonzaga Parente Ribeiro Moreira)

(João Correia Gomes)